

País gastou US\$ 14,4 mi com negociação

Recife — A negociação para os acordos da dívida externa firmados em 1988 custaram ao Brasil nada menos que 14 milhões 427 mil dólares, segundo revelou ontem o senador Eduardo Suplicy, do PT, a um grupo de industriais na sede da Federação das Indústrias de Pernambuco, onde apresentou o Projeto de Garantia de Renda Mínima, de sua autoria.

Suplicy disse que em 1988, para fechar o acordo de 8,5 bilhões de dólares com os credores internacionais, o País foi obrigado a pagar todas as despesas não apenas de seus negociadores, cujos débitos são debitados na conta do Banco Central do Ministério da Fazenda, mas dos negociadores dos credores internacionais que segundo revelou o Banco Central

em documento entregue ontem ao senador custaram mais de 14 milhões de dólares.

O senador disse que o Brasil já deve a título de pagamento de honorários advocatícios, passagens aéreas e hotéis, alimentação, táxi, traduções, revisões, correios, telex e até aluguel de espaço para as reuniões, outros dois milhões de dólares, que se referem ao acordo que está sendo negociado pelo embaixador Jório Dauster.

Ele disse que embora o País não possa fazer mais nada quanto às despesas de 1988, pode tentar não pagar essa conta em relação ao acordo que está sendo discutido no Senado.

Suplicy disse que o não pagamento da conta dos negociadores

assustou os senadores, com quem já conversou, pois é uma despesa imoral perante a sociedade.

Ainda segundo o senador do PT, o novo ministro da Fazenda, Marcílio Marques Moreira disse que o Governo já decidiu que não pagará as despesas de viagens e hospedagens, o que representa apenas 5,7 por cento do total da conta até agora apresentada, mas não se pronunciou sobre os demais custos que incluem a contratação dos melhores escritórios de advocacia dos Estados Unidos.

Somente uma fatura de um desses escritórios, referente à negociação do governo Collor é de 500 mil dólares, disse Suplicy, que insiste na aplicação da Resolução 82 do Senado.